

LA NUEVA RURALIDAD

ASSENTAMENTOS RURAIS E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO PAMPA GAÚCHO/RS/BR¹

Marcelo Cervo Chelotti

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/MG/BR.

Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.

E-mail: mchelotti@hotmail.com

Vera Lúcia Salazar Pessoa

Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de

Uberlândia/MG/BR. E-mail: vs.pessoa@terra.com.br

Resumo: Na década de 1990, municípios localizados na Campanha Gaúcha/RS/BR que, historicamente concentravam a posse da terra, serviram de palco para conflitos fundiários envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL). Dessa maneira, algumas propriedades rurais foram vistoriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em função dos seus baixos índices de produtividade. Nesse contexto, ocorreu a institucionalização da Campanha Gaúcha enquanto área prioritária para a realização de reforma agrária, dentro de uma nova concepção de desenvolvimento regional do Governo Estadual, que realizou dezenas de assentamentos rurais na região, inserindo novos agentes em seu espaço agrário.

Palavras-Chave: Assentamentos Rurais, Espaço Latifundiário, Transformações Territoriais, Campanha Gaúcha.

INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais são conquistas pontuais do processo de luta pela terra, que têm se revelado como palco das diversas experiências de resistência da produção familiar. No entanto, são geralmente criados para atenuar os conflitos sociais no campo, constroem novas territorialidades no campo, ao mesmo tempo em que coloca em evidência a força dos novos sujeitos políticos da questão agrária. Outra questão relevante que deve ser destacada é a importância dos assentamentos na reorganização do processo produtivo nos municípios onde são instalados.

A Campanha Gaúcha² enfrentou no início da década de 1990 uma considerável crise socioeconômica em sua cadeia produtiva alicerçada na pecuária de corte e na lavoura empresarial do arroz irrigado, reflexo da

¹A presente discussão é parte integrante do projeto de tese “*Do latifúndio aos assentamentos: a nova (re) configuração regional na Campanha Gaúcha*” vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia/MG/BR. Endereço: Laboratório de Geografia Agrária/LAGEA, sala 1 H 02, Bloco 1H, Campus Santa Mônica. Av. João Naves de Ávila, 2160, CEP 38.408-100, Uberlândia (MG). Tel: (34)3239-4169 - ramal 47.

abertura econômica da economia brasileira que provocou significativas transformações em determinadas economias regionais. Assim, foram lançadas políticas públicas por parte do Governo Estadual visando a reestruturação socioeconômica da região.

Nesse sentido, o Governo Estadual, na gestão de Olívio Dutra, durante o período de 1999-2002, instituiu uma política de desenvolvimento regional, especialmente na questão agrária, que instituiu a Campanha Gaúcha enquanto região prioritária para a realização de sua política de reforma agrária.

Assim, o deslocamento de milhares de trabalhadores rurais sem terra para a região provenientes do norte do estado, configurou-se como uma constante no espaço regional. Com a inserção dos assentamentos rurais em áreas típicas de pecuária extensiva, a agricultura familiar passou a exercer uma nova perspectiva em escala regional.

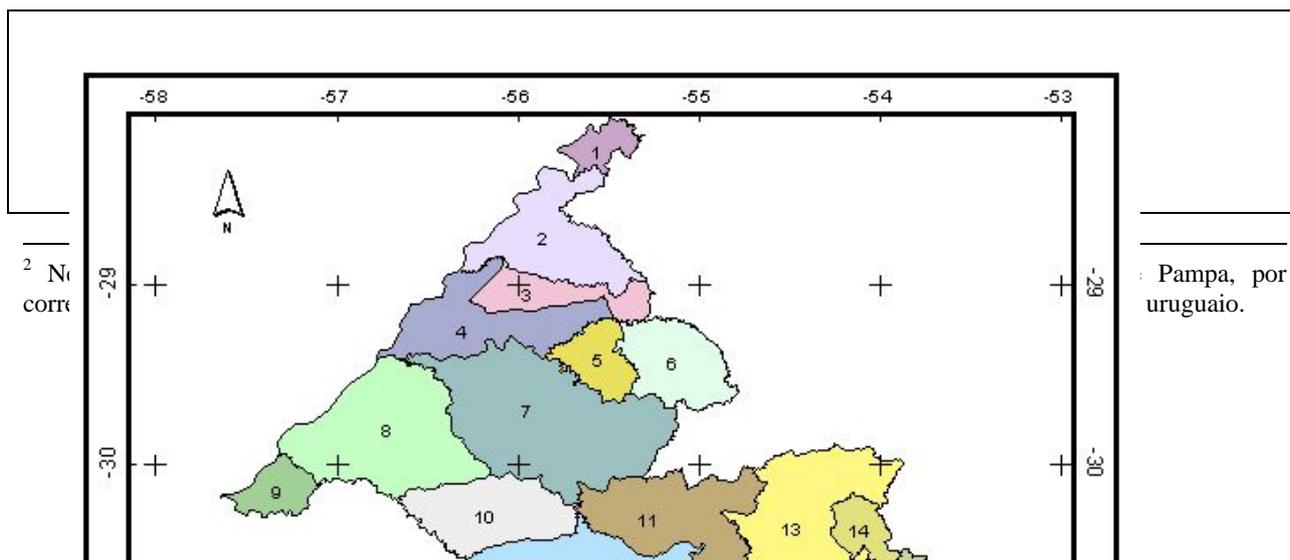
A implantação de assentamentos rurais representou, embora em partes, a possibilidade de alterar a estrutura fundiária, estabelecendo novas relações no espaço agrário regional, entre os sem terra e os latifundiários. Portanto, os assentados são considerados os novos agentes inseridos no espaço agrário no pós 1990.

Dessa forma, no século XXI, o espaço agrário da Campanha Gaúcha não se apresenta tão homogêneo como indicaria o discurso da identidade regional do século passado. Embora continue sendo o cerne do espaço latifundiário gaúcho, do tradicional camponês fronteiriço, do arrendamento capitalista da terra, é também palco de novas experiências oportunizadas a partir da reterritorialização de milhares de Sem Terra em dezenas de assentamentos rurais.

Nesse contexto, o espaço agrário da Campanha Gaúcha está mais complexo e antagônico, tornando-se necessário entender quais são as novas relações sociais estabelecidas no regional a partir da instalação dos assentamentos rurais, capazes de configurar novas territorialidades na esfera da produção, da política, do social e também da identidade.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA ÁREA

A Campanha Gaúcha é um espaço regional localizado no sudoeste do Rio Grande do Sul/Brasil, na linha fronteiriça entre Argentina e Uruguai, em que sua característica principal é a presença de campos nativos, os quais particularizam a paisagem regional como sendo o pampa gaúcho (Figura 1).



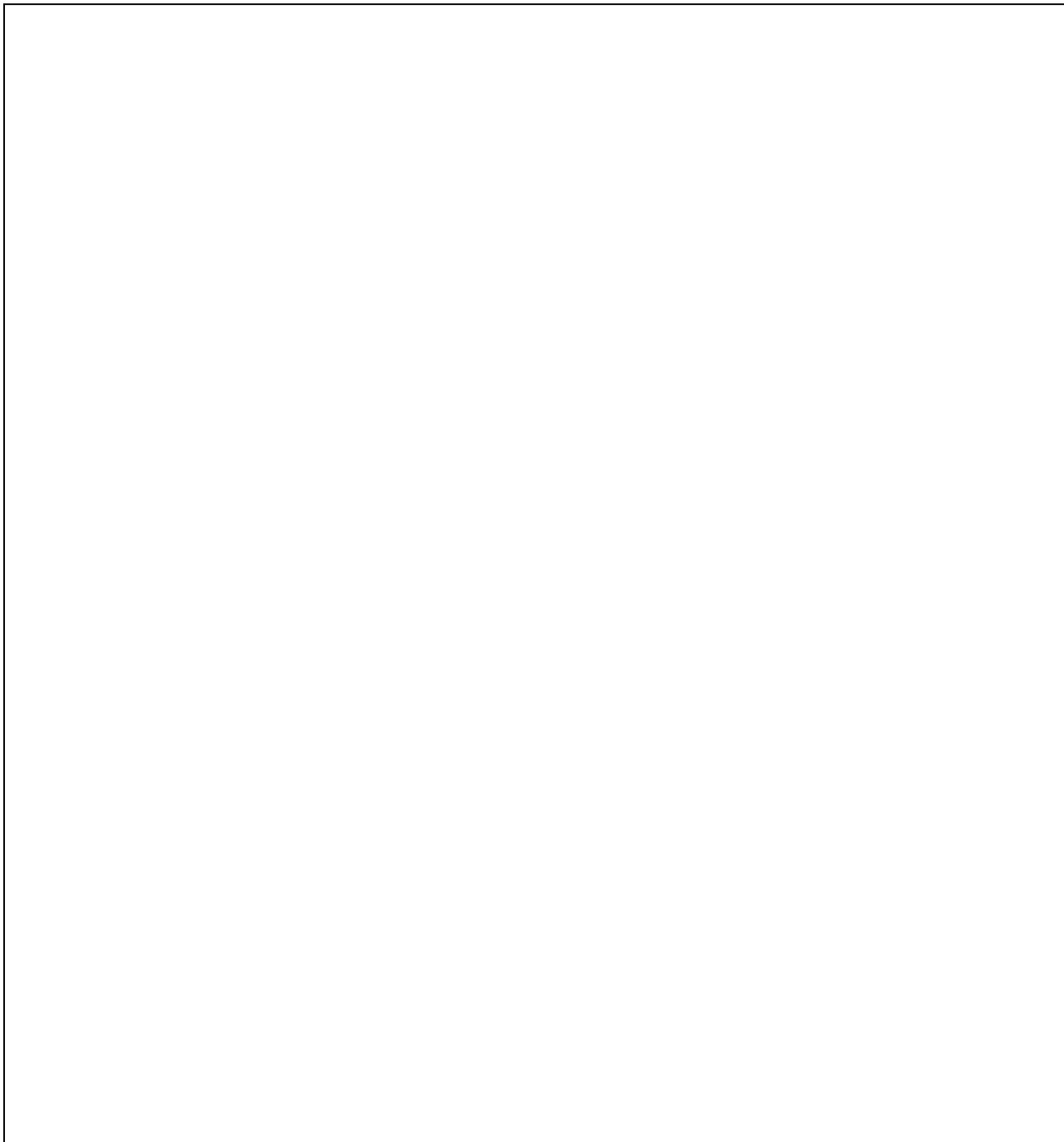


FIGURA 1 – CAMPANHA GAÚCHA/RS/BR: localização da área em estudo.

Fonte: IBGE, 2002.

Org.: Castanho; Chelotti (2006).

Ao procurar uma primeira definição para o seu significado, Aurélio (1986) caracteriza a Campanha como sendo uma área coberta por campos; o relevo predominante são as planícies, mas com a presença de coxilhas³, e que tem na sua base econômica na pecuária, organizada por meio das estâncias de gado.

Nesse sentido, um traço marcante da Campanha Gaúcha é a sua paisagem muito peculiar, onde majoritariamente ocorre o desenvolvimento de uma pecuária de corte extensiva (bovinos e ovinos), ocupada inicialmente por descendentes de luso-brasileiros que tinham a incumbência de proteger e manter as fronteiras do Brasil meridional. Portanto, é uma região que tem características físicas e humanas bem demarcadas, em contraposição ao restante do estado do Rio Grande do Sul.

Até meados do século XIX a Campanha Gaúcha correspondia ao estado do Rio Grande do Sul, ou seja, em termos da área ocupada e povoada⁴, onde a emergência de uma classe latifundiária pastoril deu-se a partir da doação de sesmarias como forma dominante de apropriação do espaço. Posteriormente, essa classe, organizada economicamente com base na pecuária extensiva (charqueadas), verificando sua condição periférica no contexto da economia imperial, procurou fortalecer seu papel político de cunho regionalista.

No entanto, isso se deu em função de que até o início do século XIX, grande parte das regiões norte e nordeste do Rio Grande do Sul não se encontravam efetivamente ocupadas. Somente com a imigração europeia, não portuguesa, começou a se ocupar as áreas de florestas desprestigiadas pela pecuária latifundiária pastoril da Campanha Gaúcha. A partir de então, verificou-se um intenso processo de minifundização nessas áreas por meio da disseminação das colônias formadas basicamente por descendentes de colonos ítalo-germânicos.

A colonização de ítalo-germânicos alicerçada em minifúndios, possibilitou uma nova organização do território gaúcho, até então sob domínio hegemônico do latifúndio pastoril nas áreas de campo. Na medida em que as colônias começavam a ser implantadas, povoados surgiam, possibilitando uma nova dinâmica nesses espaços. Enquanto isso, nas áreas de ocupação mais antiga (luso-brasileiros) ao sul, o processo de ocupação já se encontrava efetivado a mais de há um século.

Assim, a produção do espaço sul-rio-grandense inicialmente organizou-se de maneira dicotômica, estruturado sob duas formas de organização espacial bem distintas, ou seja, a Colônia e a Campanha. A diferenciação na produção do espaço, entre as áreas de estâncias e as áreas coloniais, deu-se em função dos sistemas de exploração da terra, pois enquanto na estância a criação de gado extensivo era a atividade econômica característica, no caso das colônias predominava o cultivo de lavouras. Outro fator importante que deve ser destacado, é que a vida em comunidade era muito mais dinâmica nas colônias devido à concentração de população, o que não ocorria nas áreas de estância, face às grandes dimensões das propriedades, e a

³ Coxilhas é a dominação regional para colinas.

⁴ Ocupação no sentido da imigração de colonos europeus, pois na realidade o norte do estado havia a presença de comunidades indígenas que inicialmente foram sendo dizimadas pelos ataques dos bandeirantes às reduções jesuíticas no noroeste gaúcho.

diferença nas relações de trabalho, já que os colonos eram trabalhadores autônomos, enquanto que, os peões, que trabalhavam nas estâncias eram assalariados.

Essas particularidades regionais são muito evidentes nos apontamentos de Pebayle.

Até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos campos e os policultores das florestas foram raros. Ou melhor, nada parecia anunciar então novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades [...] Esses homens [os estancieiros] rudes e fatigados das violentas técnicas de pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos do Prata, rejeitam maciçamente o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta [...] O colono era a antítese desses gaúchos das Campinas: era o homem da floresta, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno proprietário (PEBAYLE, 1975, p. 3).

De acordo com os apontamentos de Pebayle (1975) evidencia-se uma clara diferenciação na formação socioespacial do Rio Grande do Sul, extremamente materializada na paisagem, ou seja, entre a região norte minifundista agrícola, e a região sul, latifundiária pastoril. A dicotomia social e geográfica de duas sociedades já eram bem visíveis no Rio Grande do Sul no final do século XIX, entre os luso-brasileiros da estância e os imigrantes das colônias. O isolamento geográfico das colônias era enfrentado pelos governos que atuavam através do campo educacional, criando escolas para expandir a língua nacional, o português.

Para Bernardes (1997) também ficam evidentes os diferentes modos de ocupação e gêneros de vida que se organizaram no Rio Grande do Sul, quando afirma “Fazendeiros e colonos apossando-se progressivamente do território foram, com certa distância cronológica armando o arcabouço de duas diferentes estruturas econômicas e sociais” (BERNARDES, 1997, p.82).

A produção diferenciada do espaço entre as áreas de estâncias e as de colônias possibilitaram uma estruturação territorial no Rio Grande do Sul, já que, por um lado manteve-se um território coeso e quase inalterado na Campanha Gaúcha e, por outro, uma grande fragmentação da propriedade fundiária, decorrente do processo de colonização ao norte do estado⁵.

No entanto, há que se destacar que no contexto atual essa dicotomia aparentemente já foi superada, em função da integração econômica via capitalismo industrial. Mas, o mais interessante é que na Campanha contemporânea, ainda permanecem e resistem formas espaciais que refletem a sustentação de um *status quo* de épocas passadas (HAESBAERT, 1988).

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E A QUESTÃO REGIONAL

⁵A forma predominante de distribuir a posse da terra na região da Campanha foi a sesmaria, que originou o latifúndio pastoril, no entanto também ocorreu a colonização açoriana que originou a pequena propriedade de exploração familiar.

Pode-se afirmar que, de maneira geral, verifica-se no Rio Grande do Sul uma nítida distinção em termos socioeconômicos entre Metade Norte e Metade Sul⁶, configurando-se numa organização socioespacial dicotômica e que se acirrou ainda mais na década de 1990, em decorrência do acelerado processo de globalização da economia, em particular do processo de consolidação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul).

O acirramento das disparidades regionais no estado intensificaram-se na medida em que o capitalismo desenvolveu-se de maneira desigual pelo território gaúcho. Conforme Heidrich (2000), o esgotamento da dinâmica de crescimento baseada na economia fundada na pecuária, assim como os limites alcançados de expansão da lavoura colonial, fazem despontar a lavoura moderna e a indústria como formas do desenvolvimento econômico. Dessa maneira, a expressão territorial desses interesses resultou na territorialização da indústria no nordeste, da agricultura moderna no norte e da economia da estância pastoril ao sul (Campanha).

Conforme Heidrich (2000), passaram a existir três núcleos distintos de interesse econômico no Rio Grande do Sul: um deles consiste no interesse de preservação e desenvolvimento do espaço econômico da estância pastoril na Campanha Gaúcha; um segundo gravita em torno do espaço econômico relacionado com a agricultura, de grãos com o centro do sistema, e de seu aparato industrial e de comercialização, ou seja, na região do planalto gaúcho; e um terceiro aglutina os interesses centrados no desenvolvimento de uma indústria dinâmica de característica diversificada, localizado no nordeste gaúcho em torno da área metropolitana de Porto Alegre.

As disparidades regionais no Rio Grande do Sul ganharam grande destaque na esfera política na década de 1990 com a proposta de “Reestruturação Econômica para a Metade Sul”. No entanto, isso não significa que em períodos anteriores não ocorressem programas voltados para essa área referentes a essa temática, mas foi na década de 1990 que foi realizada a institucionalização e reconhecimento dessa questão regional no âmbito governamental⁷.

A discussão intensificada na década de 1990 ocorreu em pleno processo de constituição do Mercosul, no qual a economia gaúcha passaria por uma reestruturação, na medida em que as políticas de formação do bloco começaram a ser formalizadas. Com isso, um dos argumentos mais utilizados na escala regional, correspondia às semelhanças na matriz produtiva entre os países do Bloco e o Rio Grande do Sul, principalmente ao que tange o setor agropecuário (arroz irrigado, soja, milho, pecuária leiteira e de corte e produção de lã ovina).

⁶ Nesse artigo utilizaremos como sinônimo a denominação Metade Sul e Campanha Gaúcha.

⁷ Como exemplo cita-se o planejamento regional na década de 1960 através da Superintendência para o Desenvolvimento do Sul (SUDESUL).

As demandas regionais, ou seja, o reconhecimento da Metade Sul enquanto região periférica na economia gaúcha começavam em partes a serem atendidas, ocorrendo uma significativa divulgação, principalmente entre os meios de comunicação e políticos dessa região, alertando para as grandes disparidades econômicas, que acabaram gerando num processo recente da economia gaúcha a dicotomia Metade Norte (rico e urbano-industrial) e, entre a Metade Sul (pobre e alicerçado na atividade agropastoril).

O reconhecimento da existência das disparidades socioeconômicas representou para os políticos e empresários da Metade Sul, uma tentativa de recuperação e reestruturação econômica. No entanto, para as demais regiões do estado, Norte e Nordeste, esse reconhecimento apresentava uma depreciação na imagem do Rio Grande do Sul ao cenário econômico e de investimentos, na medida em que a existência de uma “região deprimida” economicamente, num estado supostamente desenvolvido em relação ao restante do país, refletia diretamente nos interesses econômicos da agricultura moderna do Norte e do setor urbano-industrial do Nordeste gaúcho.

Essa é a atual conjuntura política e econômica que se presencia na Metade Sul do estado, região que até o final do século XVIII possuía o maior dinamismo econômico e político, em virtude de sua importância no contexto estadual, sendo que o poder político e econômico gaúcho concentrava-se em Pelotas, principal cidade da Metade Sul, e não em Porto Alegre, que era a capital do estado.

Os novos rumos na economia capitalista, principalmente no período da ditadura militar reverteram o padrão de produção regional, potencializando os segmentos urbano-industriais emergentes no nordeste gaúcho. Assim, o norte tipicamente minifundiário e de colonização ítalo-germânica passou a ser mais atrativo para a aplicação de capitais, do que o sul, latifundiário pastoril, de colonização luso-brasileira.

No entanto, os dois principais pilares da economia regional, ou seja, o arroz irrigado (lavoura orizícola) e a pecuária extensiva de corte vêm enfrentando desde meados da década de 1990 sucessivas crises em suas cadeias produtivas, associado a fatores como a concorrência do Mercosul, o deslocamento da fronteira agrícola para outras regiões como o centro-oeste brasileiro, e países (Uruguai e Argentina), incentivos fiscais em outros estados, como Mato Grosso, Goiás, que acabaram influenciando na redução de investimentos na Metade Sul.

No entanto, a complexidade na elaboração de políticas públicas eficazes para a reestruturação econômica dessa região esbarra no enfrentamento de uma estrutura produtiva tradicional, com uma forte resistência por parte das elites locais, na adesão de novas alternativas produtivas. Além desses fatores deve-se destacar o processo histórico de formação socioespacial, alicerçado no latifúndio pastoril, baixa densidade demográfica e na estrutura fundiária extremamente concentrada.

Nos últimas décadas, o comportamento econômico da Metade Sul, não acompanhou o desempenho geral das regiões Norte e Nordeste do estado. A única atividade que não apresenta tendência relativa declinante é a cadeia produtiva do arroz irrigado, em função da introdução de modernas tecnologias, embora

tenha sofrido concorrência das lavouras do Mercosul. Alias, a lavoura do arroz irrigado, sempre se caracterizou pela inovação em todos os aspectos. A sua forma capitalista e moderna de gerenciar e produzir, sempre representou uma ousadia, pois se inseriu em uma região dominada pelo conservadorismo da classe latifundiária pastoril.

Pode-se dizer que, em linhas gerais, a efetivação do Plano de Reestruturação Econômica da Metade Sul, não foi capaz de efetivar estratégias que realmente pudessem reverter de alguma maneira o declínio econômico dessa região. Alguns esforços foram feitos, como a captação de recursos junto aos governos estadual e federal, mas o direcionamento dos investimentos, principalmente captados por meio de incentivos fiscais continuou concentrando-se em grandes corporações.

Nesse sentido, a Campanha Gaúcha caracteriza-se como uma região periférica de crescimento lento no contexto da economia gaúcha, e que na década de 1990 foi institucionalizada como área prioritária para a instalação de assentamentos rurais, dentro de uma nova proposta de desenvolvimento regional visando à realização da reforma agrária. No entanto, nos últimos anos, em função da troca de governos, tem-se incentivado o desenvolvimento da fruticultura e o florestamento, enquanto políticas de desenvolvimento regional, mas que não serão abordadas nesse artigo, por não fazerem parte dos nossos objetivos.

A REFORMA AGRÁRIA E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O acirramento da luta pela terra no Rio Grande do Sul no decorrer da década de 1990, entre o MST e a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), fez com que no plano das políticas públicas, principalmente por parte do Governo Estadual (1999-2002), ocorresse a oficialização da Campanha Gaúcha enquanto região prioritária para a realização de reforma agrária no estado.

Na concepção do Governo Estadual (1999-2002) além das atividades específicas para uma região, o enfoque regional deveria estar presente, principalmente nos programas gerais de governo, de todos os órgãos e secretarias. Assim, foram embutidas intencionalidades nestes programas e ações com vistas à mudança do paradigma de desenvolvimento da região. Exemplos de implementação desta concepção foram os Programas de Reforma Agrária e o Novo FUNDOPEM (Fundo de desenvolvimento dos municípios).

Nesse sentido, a política de reforma agrária estadual (1999 - 2002) priorizou algumas áreas nas proximidades de municípios como Bagé, Sant'Ana do Livramento, Candiota, Hulha Negra., onde essas áreas tornaram-se prioritárias para a realização da reforma agrária, em função dos conflitos fundiários entre o MST e a FARSUL.

A escolha desses municípios encontra-se associada a fatores como a existência de concentração fundiária, qualidade dos solos que possam permitir o desenvolvimento de uma agricultura familiar, além da já existência de assentamentos rurais, possibilitando dessa maneira a consolidação de núcleos de assentamentos rurais nessas áreas.

A política de reforma agrária proposta pelo Governo Estadual potencializou a agricultura familiar em áreas típicas de pecuária de corte extensiva, transformando aos poucos essa região através das chamadas áreas reformadas, ou seja, áreas nas quais os assentamentos estão sendo estabelecidos uns próximos dos outros, possibilitando que os investimentos públicos no sistema viário, de comunicação e de educação, bem como rede de serviços, comércio, dentre outros, a um custo reduzido para o estado.

Sendo assim, até o ano de 2005 a Campanha Gaúcha possuía 61 assentamentos rurais, distribuídos por vários municípios. Porém, a maior concentração ocorre basicamente, em Sant'Ana do Livramento com 23 assentamentos, e Hulha Negra com 25 assentamentos (Tabela 1).

TABELA 1 – CAMPANHA GAÚCHA/RS/BR: número de assentamentos, famílias e área ocupada em hectares no ano de 2005.

Microrregiões Geográficas	Nº de assentamentos	Nº de famílias	Área ocupada (ha)
Alegrete	0	0	0
Barra do Quaraí	0	0	0
Garruchos	1	44	722
Itaqui	0	0	0
Maçambará	0	0	0
Manoel Viana	1	227	6.118
Quaraí	0	0	0
São Borja	4	77	1.512
São Francisco de Assis	0	0	0
Uruguaiana	1	15	81
Campanha Ocidental	7	363	8.433
Rosário do Sul	1	48	979
Sant'Ana do Livramento	23	682	20.609
Santa Margarida do Sul	0	0	0
São Gabriel	1	55	1.493
Campanha Central	25	795	23.081
Aceguá	3	162	3.930
Bagé	1	80	4.022
Dom Pedrito	3	102	1.707
Hulha Negra	25	796	21.367

Lavras do Sul	0	0	0
Campanha Meridional	29	1.140	31.026
Total da Mesorregião	61	2.298	62.540

Fonte: www.ra.rs.gov.br (2005).

Org.: Chelotti, M.C. (2005).

Nesses quinze anos foram instalados mais de sessenta assentamentos rurais nessa região em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária de corte. Assim, municípios como Hulha Negra e Santana do Livramento tiveram mais de 17.000 hectares destinados a reforma agrária (Figura 2). No entanto, esse processo não é uniforme em toda região. Portanto, em áreas anteriormente pouco povoadas do meio rural, foram assentadas milhares de famílias provenientes dos mais diversos municípios do Rio Grande do Sul, num processo de repovoamento dessas áreas.

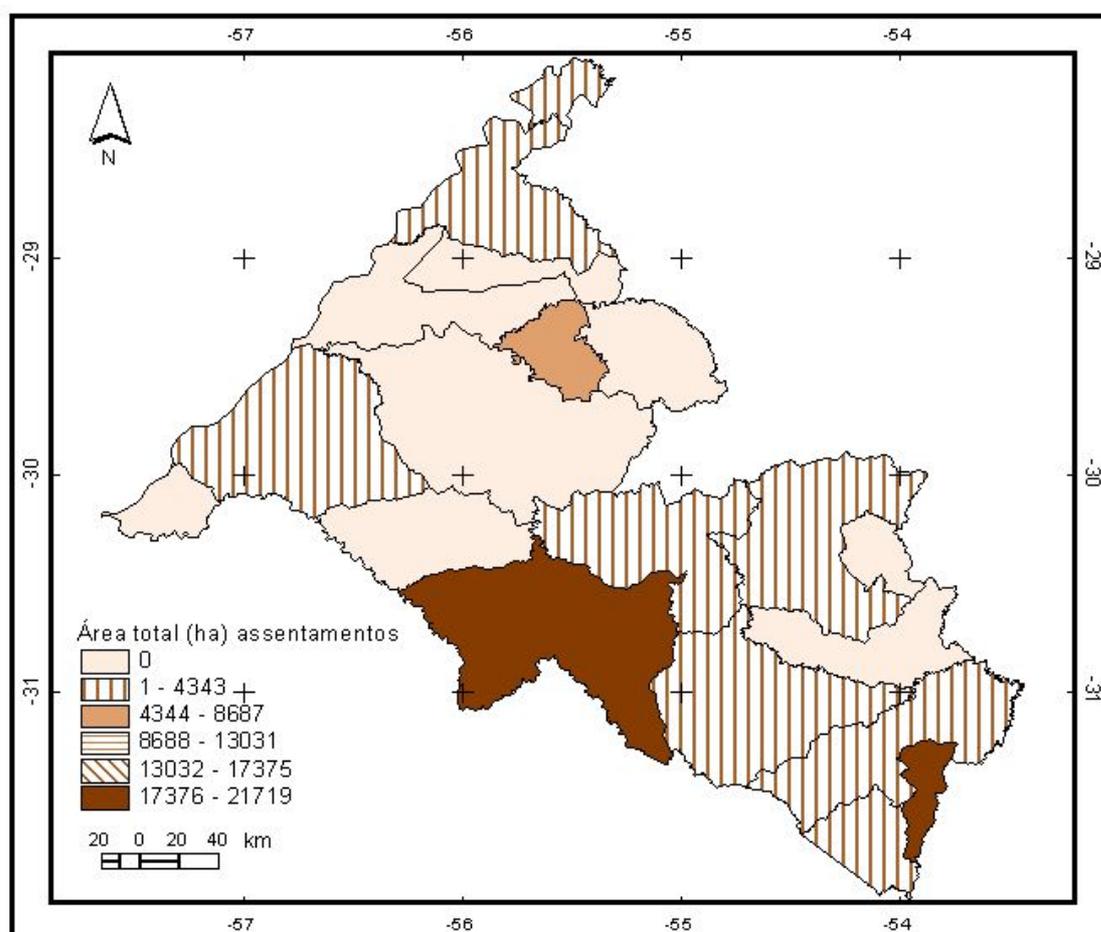


FIGURA 2 – CAMPANHA GAÚCHA/RS/BR: área total em hectares dos assentamentos rurais no ano de 2005.

Org.: Castanho; Chelotti (2006).

A concentração de assentamentos rurais em determinados municípios ocorreu por influência de diferentes processos políticos, sociais e econômicos. Pode-se citar, como exemplo, dois casos bem específicos como o município de Sant’Ana do Livramento e Bagé⁸. Os assentamentos localizados nas proximidades do município de Bagé são fruto de muitas disputas entre o MST e pecuaristas, através de sucessivas ocupações o movimento começou a espacializar a luta pela terra nessa área. Após sucessivos conflitos e negociações entre o INCRA, MST e pecuaristas, surgiram os primeiros assentamentos na década de 1990.

Nas proximidades do município de Sant’Ana do Livramento este processo deu-se por meio da aquisição de propriedades rurais entre o INCRA e Governo Estadual. Com isso não ocorreu “nenhum conflito”⁹ de terra no município desde a instalação dos primeiros assentamentos. Portanto, a implantação de assentamentos no município objetivou a contenção dos conflitos por terra que ocorriam nas proximidades do município de Bagé e, também, em outros, como em Jóia e Júlio de Castilhos.

Alguns indícios, como as condições edafoclimáticas e disponibilidade de áreas a serem adquiridas, indicam a concentração de assentamentos rurais em determinados municípios em detrimento de outros. Fatores como as condições edafoclimáticas são fundamentais para essa compreensão, embora de forma genérica. Nesta perspectiva de análise, o INCRA e o Governo Estadual, ao procurarem adquirir áreas para futuros assentamentos, privilegiariam terras mais férteis, localizadas nas proximidades do município de Bagé, possibilitando dessa maneira um melhor desenvolvimento da agricultura familiar.

No entanto, os municípios que possuem um número não expressivo de assentamentos, desenvolvem o cultivo do arroz irrigado, com altos padrões tecnológicos e de produção, podendo-se citar o exemplo de Dom Pedrito, São Gabriel, Alegrete e Uruguaiana que estão entre os maiores produtores de arroz irrigado do Rio Grande do Sul.

Assim, nas áreas onde foram realizados assentamentos rurais pelo INCRA, ou pelo Governo Estadual, ocorreu a divisão do latifúndio pastoril, em pequenas unidades de produção familiar, que variam de 15 a 30 ha. Na medida em que os assentamentos foram instalados, as primeiras transformações ocorrem na paisagem regional. Assim, ocorre uma ruptura na paisagem homogenia característica da região, dominada até então, pelos grandes propriedades, pastagens e criação extensiva de gado de corte (Figura 3 e 4).

As principais transformações na paisagem podem ser vistas principalmente na estrada que liga o município de Rosário do Sul/Sant’Ana do Livramento/Dom Pedrito. Ao longo dessa estrada, no decorrer da década de 1990, foram instalados inúmeros assentamentos rurais, visivelmente perceptíveis nas novas formas de ocupação e produção da área. Onde até então somente existia grandes propriedades e criação extensiva de

⁸ Do município de Bagé desmembraram-se dois novos municípios no início da década de 1990, Hulha Negra e Candiota e que atualmente se constituem nos maiores focos de assentamentos do Rio Grande do Sul.

⁹ Conflito aqui entendido enquanto ocupação de terra, confronto entre sem terras e latifundiários.

gado, surgem várias pequenas propriedades rurais desenvolvendo uma agricultura familiar, destoando totalmente da tradicional paisagem regional.

Mas, cabe destacar que a grande parte desses assentamentos criados são espacialmente dispersos, dada a grande dimensão territorial da Campanha Gaúcha, onde muitas vezes apresentam uma infra-estrutura viária deficiente dificultando ou mesmo inviabilizando mercados para os produtos oriundos dos assentamentos. A instalação de assentamentos rurais tem fortalecido a produção familiar em âmbito regional, transformando a paisagem regional (Figuras 5 e 6).



FIGURA 3: CAMPANHA GAÚCHA/RS/BR: paisagem típica formada por relevo levemente ondulado coberto por gramíneas e utilizada para a criação de bovinos.

AUTOR: Chelotti, M. (maio/2006)



FIGURA 4: CAMPANHA GAÚCHA/RS/BR: antiga estância, típico local de residência do grande proprietário de terra e seus peões.
AUTOR: Chelotti, M. (maio/2006)



FIGURA 5: CAMPANHA GAÚCHA/RS/BR: vista da paisagem após a instalação de assentamentos rurais em áreas anteriormente ocupadas apenas pela pecuária de corte extensiva.
AUTOR: Chelotti, M. (maio/2006)



FIGURA 6: CAMPANHA GAÚCHA/RS/BR: vista parcial da entrada de um lote destinado a um beneficiário da reforma agrária, com destaque para o jardim, residência e florestamento ao fundo.

AUTOR: Chelotti, M. (maio/2006)

Nessa tarefa de desvendar os assentamentos rurais, constatamos também que nem tudo é feito de adaptação. Existem elementos culturais que são mantidos pelos Sem Terra, como maneira de construir suas casas e organizar seus lotes. Assim, a arquitetura das casas mantém um padrão associado a seus antigos lugares de residência. São gentes, que estão reescrevendo a história de suas vidas, e também remodelando a geografia da Campanha Gaúcha. Por isso que consideramos os Sem Terra como os novos atores sociais inseridos no espaço agrário dessa região na década de 1990.

Parafraseando José de Souza Martins, podemos dizer que “A chegada do estranho” na Campanha Gaúcha é representada pela territorialização de milhares de sujeitos, ou seja, colonos sem terra, que migraram das mais diversas regiões do Rio Grande do Sul, e ali estão reconstruindo seus espaços socioculturais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para os assentamentos rurais que foram instalados na Campanha está posto o desafio da consolidação e desenvolvimento desses projetos nessas áreas, tornando-se necessário à busca de novos sistemas de cultivos adaptados a essa nova realidade, desafios na manutenção de uma organização interna para construir uma força política coesa e capaz de enfrentar as elites locais, representadas pelos grandes proprietários de terra.

Novas relações se estabeleceram nesse espaço agrário, principalmente através da reterritorialização de milhares de pequenos agricultores, sendo que o seu principal mecanismo de acesso a terra foram às intensas reivindicações organizadas pelo MST, através das ocupações de terra nos mais diversos municípios do Rio Grande do Sul, tais como Bagé, Júlio de Castilhos, Jóia, Cruz Alta, etc.

No entanto, nos assentamentos rurais instalados até o ano de 2001, alguns resultados começam a surgir na medida em que ocorre um certo dinamismo em economias locais estagnadas, estabelecendo novas relações, produzindo novas territorialidades.

Alguns trabalhos realizados em áreas de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul têm indicado significativas transformações locais, principalmente em áreas com predomínio de grandes propriedades rurais dedicadas à pecuária extensiva.

Dentre as estratégias de produção e reprodução a pesquisa detectou a pecuária leiteira especializada, o cultivo de frutíferas com bases agroecológicas e a sua organização em Associações de Produtores. Nesse contexto, a pesquisa constatou que os assentamentos rurais foram capazes de redefinir o papel político e econômico da produção familiar no município em função da introdução de novos agentes em seu espaço agrário.

A instalação de assentamentos rurais na Campanha representa, embora em partes, a possibilidade de alterar a estrutura fundiária regional, que há duzentos anos encontra-se concentrada. Novas relações são estabelecidas no espaço agrário regional entre os assentamentos, ou seja, o “novo”, e a sociedade regional, principalmente no âmbito das economias locais. Tudo indica que esse processo tem possibilitado novas configurações territoriais em áreas anteriormente ocupadas pela pecuária extensiva de corte e pela lavoura capitalista do arroz irrigado na metade sul do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, as transformações provocadas pela implementação de assentamentos rurais em áreas de pecuária de corte extensiva transcendem ao mero olhar da paisagem modificada, representando no plano simbólico, o “rompimento” com uma situação anterior na qual esses novos agentes – os assentados - colocam novas possibilidades de disputa pelo poder – inclusive político-partidária – pela constituição de novas elites, geradas em processos de luta que, de alguma maneira, ameaçam a antiga elite local, ou seja, a classe latifundiária.

No decorrer do processo de reterritorialização desses agricultores, seus espaços foram recriados, embora muitas vezes distantes de suas regiões de origem. A reprodução da agricultura familiar nas mais diversas regiões do estado chamou a atenção para a importância desse segmento de agricultores na organização e produção do espaço.

Portanto, os assentamentos rurais representam as reivindicações travadas há mais de vinte anos no espaço agrário gaúcho por milhares de trabalhadores sem terra, os quais foram capazes de penetrar e se territorializar numa região em que o “latifúndio” representa mais do que uma reserva de capital ou *status quo*, ele é a própria identidade regional, que se moldou no decorrer de duzentos anos de ocupação e produção do espaço mais meridional do território brasileiro.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da região Sul. In: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da região Sul do Rio Grande do sul:** causas e perspectivas. FEE: Porto Alegre, 1994.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. (Coleção Ciências Sociais).

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L.A C. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos)

CARVALHO, H. M. de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** NEAD: Brasília, 1999.

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS.** 2003, 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Série Estudos/NERA**, Presidente Prudente, n. 2, p. 1-32., dez. 1998.

_____**MST:** formação e territorialização. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____**A formação do MST no Brasil.** Vozes: Petrópolis, 2000.

GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n.10, p. 154-176, 1994.

GÖRGEN, F.S. A; STÉDILE, J.P. (Org.) **Assentamentos:** a resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

HAERBAERT, R. **RS:** Latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HEIDRICH, A L. **Além do latifúndio:** geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

LEITE, S. *et al* (Org.) **Impacto dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.) **A formação de assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, L.S. *et al* (Org.) **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

MARTINS, J.de S. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, J. de. S. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

MOREIRA, I. A. G.; COSTA, R. H. da. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

NAVARRO, Z.; MORAES, M.S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999. p. 19-68.

OLIVEIRA, A. U. de O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS. 1994. p.32-56

OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M.I.M. (Org.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PEBAYLE, R. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do RS**. Porto Alegre, n.18, p.35-45, jan/dez. 1975.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, n. 2, Fortaleza, p. 45-66, 2005.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ZAMBERLAM, J.; FLORÃO, S.R. Impactos dos assentamentos na economia de 4 municípios da região de Cruz Alta. In: GÖRGEN, S; STÉDILE, J.P. (Org.) **Assentamentos a resposta econômica para a reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 11-39.

CURRICULUM VITAE

Marcelo Cervo Chelotti. Doutorando em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia/MG/BR. Título: Do latifúndio aos assentamentos: a nova (re) configuração regional da Campanha Gaúcha. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Salazar Pessoa. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG.

ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Revisitando a questão regional na Campanha Gaúcha: a incorporação de novos elementos no pós 1990. **Revista Caminhos de Geografia.** , p. 210 - 224, 2006.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica do espaço agrário no município de Sant'Ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais. **Revista Estudos Geográficos.** , p. 53 - 70, 2005.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Assentamentos rurais e questão regional na Campanha Gaúcha. **Caderno Fenix Ciência.** , p.96 - 104, 2005.

CHELOTTI, Marcelo Cervo, Hespanhol, R. A. de M.. A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento - RS. **Formação,** 2003.

CHELOTTI, Marcelo Cervo, BEZZI, M. L. A cadeia produtiva da lavoura orizícola gaúcha frente ao Mercosul. **Caderno Prudentino de Geografia,** p.265 - 286, 2001.

COMUNICAÇÕES PUBLICADAS EM ANAIS DE CONGRESSOS

CHELOTTI, Marcelo Cervo, PESSÔA, V. L. S. A REFORMA AGRÁRIA NA CAMPANHA GAÚCHA: a (re) construção de espaços socioculturais In: **Simpósio Reforma Agrária: balanço crítico e perspectivas.** Uberlândia/MG: UFU, 2006.

CHELOTTI, Marcelo Cervo, PESSÔA, V. L. S.O arrendamento da terra no assentamento São Leopoldo - Sant'Ana do Livramento/RS In: **II Encontro de Grupos de Pesquisa:Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais,** Uberlândia/MG, 2006.

CHELOTTI, Marcelo Cervo, PESSÔA, V. L. S.A região cultural frente a territorialização da luta pela terra In: **VI ANPEGE,** Fortaleza/CE, 2005.

CHELOTTI, Marcelo Cervo, Hespanhol, R. A. de M. A inserção de assentamentos rurais em áreas típicas de pecuária extensiva na Campanha Gaúcha In: **XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária,** Petrolina/PE, 2002.